

A ideia de natureza variante à luz da concepção elisiana: a necessidade de (re)adaptação dos grupos favelizados

The idea of variant nature in the light of the elisian conception: the need for (re)adaptation of slum communities

La idea de una naturaleza variante a la luz de la concepción elisiana: la necesidad de (re) adaptación de los grupos favelizados

Recebido: 05/10/2021 | Revisado: 16/10/2021 | Aceito: 17/10/2021 | Publicado: 19/10/2021

Carlos Eduardo Rafael de Andrade Ferrari

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8671-7448>
Universidade do Porto, Portugal
E-mail: ceraferrari@yahoo.com.br

Roberto Ferreira dos Santos

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0168-5286>
Universidade do Porto, Portugal
Universidade Salgado de Oliveira, Brasil
E-mail: rob.fersantos1949@gmail.com

Estêvão Rios Monteiro

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1866-553X>
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Centro universitário Augusto Motta, Brasil
Instituto Brasileiro de Medicina de Reabilitação, Brasil
E-mail: profestevaomonteiro@gmail.com

Rafael Mocarzel

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9480-826X>
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Universidade de Vassouras, Brasil
Universidade do Porto, Portugal
E-mail: professormocarzel@gmail.com

Resumo

O ensaio-teórico objetiva arquitetar a ideia de natureza variante, tendo na ponderação a respeito da concepção de segunda natureza um fator preponderante neste diapasão. Para tanto, subdividiu-se o texto em quatro alíneas. Na primeira, recorre-se a um breve introito que visa a apresentar a paisagem social dos moradores domiciliados em aglomerados subnormais. Na segunda alínea, busca-se compreender e repercutir a figuração do autodomínio das emoções sob o enfoque da sociologia processual elisiana. Na terceira, enfatiza-se a perspectiva teórica sobre a psicogênese desabastada-negra-favelizada. Finalmente, na quarta alínea, disserta-se acerca da necessidade de (re)adaptação dos grupos favelizados. Resumidamente, o ensaio concentra-se em fundamentar uma espécie de saber social, distintivo da população desabastada-negra-favelizada, decorrente da mutabilidade e da dinâmica das relações interpessoais, que, incorporado no seio das comunidades marginalizadas da capital fluminense, age de modo a modelar uma natureza única, variante. Quer dizer, um ego-coletivo extremamente particular derivado da imponderabilidade da subsistência conflagrada.

Palavras-chave: Estado constituído; Estado paralelo; Luta de classes; Rio de Janeiro.

Abstract

The theoretical essay aims to construct the variant nature idea, considering the concept of second nature as a major factor in this vein. For this purpose, the text was subdivided into four paragraphs. In the first one, a brief introduction is used, which aims to present the social landscape of residents domiciled in subnormal agglomerates. In the second paragraph, we seek to understand and reverberate the figuration of emotions self-control from the perspective of Elisian procedural sociology. In the third, the theoretical perspective on the poor-black-slumdweller psychogenesis is emphasized. Finally, in the fourth paragraph, the need for (re)adaptation of slum groups are discussed. Briefly, the essay focuses on grounding a kind of social knowledge, distinctive from the poor-black-slumdweller population, resulting from the mutability and dynamics of interpersonal relationships, which, incorporated within the marginalized communities of Rio de Janeiro city, act to model a unique nature, variant. In other words, an extremely particular collective ego derivative from the imponderability of conflagrated subsistence.

Keywords: Established state; Parallel state; Class struggle; Rio de Janeiro.

Resumen

El ensayo teórico pretende construir la idea de naturaleza variante, considerando el concepto de segunda naturaleza como factor preponderante en este diapasón. A tal efecto, el texto se subdividió en cuatro párrafos. En el primero se utiliza una breve introducción, que tiene como objetivo presentar el panorama social de los residentes domiciliados en aglomerados subnormales. En el segundo párrafo, buscamos comprender y reflejar la figuración del autodomínio de las emociones desde la perspectiva de la sociología procedimental elisiana. En el tercero, se enfatiza la perspectiva teórica sobre la psicogénesis adinerada-negra-favelizada. Finalmente, en el cuarto párrafo, se discute la necesidad de (re) adaptación de los grupos de favelas. Brevemente, el ensayo se centra en cimentar una especie de conocimiento social, característico de la población adinerada-negra-barrada, resultante de la mutabilidad y dinámica de las relaciones interpersonales, que, incorporadas dentro de las comunidades marginadas de la capital del estado, actúan de tal manera como para modelar una naturaleza única y variante. En otras palabras, un ego colectivo extremadamente particular derivado de la imponderabilidad de la subsistencia conflictiva.

Palabras clave: Estado establecido; Estado paralelo; Lucha de clases; Rio de Janeiro.

1. Introdução – Descortinando a Paisagem Social dos Grupos Favelizados

Dissertar sobre grupos favelizados, revelar as adversidades dos moradores domiciliados em aglomerados subnormais, das crianças, dos adolescentes, dos jovens em idade escolar e de toda a comunidade em situação de vulnerabilidade, é um desafio indispensável na contemporaneidade. Especialmente do Rio de Janeiro, região com grande proporção de pessoas residindo em guetos urbanos (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2020). A invisibilidade, o preconceito, bem como as desigualdades sociais, efeitos colaterais da inadimplência do Estado-nação, da falta de sensibilidade dos homens públicos com a coisa do povo (*res publica*), é reflexo das violências que sistematicamente afligem essa parcela volumosa da população brasileira.

Implicações recentes, mas que já mobilizavam a atenção do jornalista Arnaldo Jabor, como pode ser observado na parte introdutória do livro *Cidade Partida*, de autoria de Zuenir Ventura (1994), ao evidenciar que o Rio de Janeiro dos anos 50 já acumulava conflagrações que iriam, irremediavelmente, estourar nas décadas seguintes. De acordo com o polímata brasileiro, existiam desde então duas cidades, ou uma cidade partida, “mas a convivência amena, a obediência civil, a falta de antagonismos de classe e a despreocupação com os problemas sociais nem sempre deixavam perceber [será?] que havia um ovo de serpente chocando no paraíso” (Ventura, 1994, p. 6, grifo nosso).

A partir da reflexão de Maria Alves e Philip Evanson (2013), acerca das mazelas que vulgarmente acometem a população desabastada no correr da história, pode-se especular se as favelas do século XXI seriam as senzalas de outrora. No caso do Rio de Janeiro, em particular, os teóricos, diante disso, inclusive deixam transparecer que essa ideia de senzala atual “explica-se, em parte, porque os que moram no asfalto [classe média] tendem a ignorar a repressão e os assassinatos ocorridos próximo da região onde residem. E justamente o outro lado da moeda é a mentalidade daqueles que vivem na *casa-grande* [classe alta]” (Alves & Evanson, 2013, p. 38-39, grifo nosso).

Então, em face dessa vexatória constatação, parece razoável admitir, independentemente da luta de classes e das dinâmicas de atração e de repulsão, que ordinariamente favorecem a manutenção do *status quo* (influenciador direto das configurações e/ou micro postos sociais), que não há vencedores e vencidos – em princípio – nessa contenda. O que há, nessa lógica provinciana, é a disputa de quem perde menos; ou melhor, de quem sairia minimamente ferido dessa batalha inglória (Elias, 1999, 2001). Analogia esta que, nas palavras de Zygmunt Bauman (2007), ganha contornos ainda mais viscerais, afinal, segundo o sociólogo, “o bem-estar de um lugar, qualquer que seja, nunca é inocente em relação à miséria do outro” (Bauman, 2007, p. 12).

Sob esse prisma, Bauman (2007) cita Benjamin Barber (2004)^[1], que vai mais além. Em conversa com Artur Domoslawski, na Gazeta Wyborcza, o teórico afirma que “nenhuma criança norte-americana pode se sentir segura em sua

[1] Ver Benjamin R. Barber em conversa com Artur Domoslawski. Gazeta Wyborcza, 24-26 dez, 2004, p. 19-20.

cama se as crianças de Karachi ou Bagdá não se sentirem seguras nas suas” (Barber, 2004 *apud* Bauman, 2007, p. 31). Em outros termos, porém adaptando à linha de raciocínio aqui tratada, equivale a um dos discursos mais comentados da ex-presidenta Dilma Rousseff, pela forma inusitada com que empregou as palavras: “Não acho que quem ganhar ou quem perder, nem quem ganhar nem perder, vai ganhar ou perder. Vai todo mundo perder!” (informação verbal)^[2].

Nesse caso, é fácil deduzir que a sociedade perde todos os dias! Se não pela barbárie (a selvageria desumana, grosseira e explícita, que aniquila precocemente e de forma sistemática uma infinidade de vidas ao redor do mundo), sucumbe, por norma, pela antipatia – simbólica, “reformista”, neoliberal, que vilipendia, em doses homeopáticas, corpos-mentes-espíritos, resultando no vazio axiológico que assola a humanidade em escala global. O difícil é compreender que todos estão no mesmo barco, que ao sabor dos ventos denuncia, em igual equivalência, a falta de empatia, de benevolência e de sensibilidade de uma sociedade desgovernada (Bourdieu, 2012; Elias, 1939a; Patrício, 1993; Sennett, 2011).

Contudo, há de se destacar que na configuração dessa embarcação – tome-se como exemplo ficcional-metafórico o filme *Titanic*, obra de James Cameron (1997) que retrata em detalhes a diferenciação social, especialmente na relação entre os protagonistas Jack Dawson (Leonardo DiCaprio) e Rose DeWitt Bukater (Kate Winslet) – os desabastados comumente são privados de direitos: humilhados e assassinados. E trazendo para o real: como George Floyd, que passou os últimos minutos da vida implorando para que o soltassem; espancados até a morte, como João Alberto Silveira Freitas, assassinado de forma atroz no estacionamento de uma loja do Carrefour; e/ou alvejadas por disparo de arma de fogo, como Emilly Victoria da Silva Santos, de 4 anos, e Rebecca Beatriz Santos, de 7 anos. São inúmeros os exemplos.

No Brasil, no que tange à população negra, a evolução das taxas de homicídio aumentou exponencialmente. Segundo dados do Atlas da Violência 2019, desenvolvido em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), o número de homicídios de pessoas negras, somente em 2017, alcançava 75,5% das vítimas. A cada não-negro assassinado nesse ínterim, 2,7 negros morreram vítimas de homicídio. No público feminino, infelizmente, a realidade não é muito diferente, em razão do volume de óbitos por homicídio de mulheres negras totalizarem quase o dobro, quando confrontado aos índices de mulheres não-negras (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2019).

Na área da educação, o ranqueamento do Brasil no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), em 2018, escancara o sucateamento e o desmantelamento sistêmico da escolarização básica brasileira, com os desabastados-negros-favelizados carregando o maior fardo. Nesse enquadramento, a equipe de investigadores responsáveis pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), em 2019, lançando mão de um conjunto de dados que, com efeito, confirmam o déficit da educação brasileira na averiguação por cor e/ou raça e expõem o abismo quanto à formação escolar entre pessoas não-negras e negras ou pardas (IBGE, 2020; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, 2019; Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, 2015).

No contexto laboral, o cenário não é nada favorável para a população desabastada-negra-favelizada. O mais intrigante é constatar, de posse dos dados da Síntese de Indicadores Sociais 2020, numa análise das condições de vida da população brasileira, que nem sempre a colocação no mercado de trabalho formal e o rendimento por hora trabalhada estão vinculados à qualificação profissional. A pesquisa divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no que tange às desigualdades raciais no país, aponta que em todos os níveis de escolaridade a taxa de desempregados é substancialmente mais elevada entre a população negra ou parda do que entre a população que se autodeclara não-negra (IBGE, 2020).

^[2] Fala da ex-presidente Dilma Rousseff, na tentativa de impedir o avanço do processo de *impeachment*. A informação verbal ocorre no intervalo de 00:00:04 e 00:00:14.

DILMA: "Não acho que quem ganhar ou quem perder, nem quem ganhar ou perder – 29.set.2010. (1 vídeo) 18s. Publicado por: Poder 360. Youtube. Publicado em: 5 dez. 2019. <https://www.youtube.com/watch?v=fVZywErGTc8>. 2019.

Apesar disso, a maioria da população desabastada-negra-favelizada é composta de trabalhadores. Microempreendedores, produtores de eventos, mulheres “chefes de família” que, na escassez de alternativas concretas de mobilidade social, residem em comunidades geralmente dominadas por narcotraficantes e/ou forças paramilitares. No Rio de Janeiro, nomeadamente uma das cidades mais violentas do Brasil, quicá do mundo, o poder bélico do tráfico e a ousadia das milícias afrontam o Estado democrático de direito a ponto de instaurar, em face da ineficiência dos homens públicos, uma espécie de poder paralelo, que acaba por desestabilizar os códigos de conduta e a vida em sociedade, não só dos grupos favelizados (Alves & Evanson, 2013).

Todavia, como esperado, é no seio das comunidades favelizadas que o regime do medo, seja ele narcotraficante, miliciano, ou até mesmo estatal, desconstrói o sentido de Bem-Estar Social. Constrangimentos que são naturalizados, muitas vezes relativizados como meio de autopreservação do ego, e que subvertem o significado dos direitos e deveres (sociais e individuais) daqueles que por lá estiveram e ainda estão: os moradores, que ora se veem subjugados diante da violência ilegítima do poder paralelo, ora se veem coagidos pela violência legítima do “braço armado do Estado”, e acabam por se ajustar, ficando sob o domínio de ambos os poderes (Alves & Evanson, 2013; Bauman, 2007; Elias, 1939a; Ferrari, 2014).

Sendo assim, verificado o aspecto subjetivo que envolve a paisagem social dos grupos favelizados, tal qual as arbitrariedades que em regra ocorrem dentro desse contexto, determina-se, nesta fase introdutória do debate, voltar as atenções ao conceito de “segunda natureza”, noção esta que alicerça a imaginação epistemológica quanto à fundamentação teórica da ideia de natureza variante, à luz da concepção elisiana (Elias, 1939b).

2. Segunda Natureza – o Autodomínio das Emoções Sob o Enfoque da Sociologia Processual Elisiana

Norbert Elias é o único filho do casal Hermann e Sophie. De descendência judaica-alemã, nasceu em 22 de junho de 1897, em Breslau (Alemanha), atual Breslávia (Wroclaw), na Polônia. Oriundo de uma família de comerciantes, o sociólogo perdeu o pai em 1940. A mãe, por volta de 1941, teve sua vida ceifada num dos campos de concentração de Auschwitz. Serviu no exército na Primeira Grande Guerra, e cursou Medicina, Filosofia e Psicologia. Elias refugiou-se na França e na Inglaterra, fugindo do nazismo. Por quase vinte anos, lecionou na Inglaterra; porém, foi na Holanda, na Universidade de Amsterdã, que por mais de três décadas exerceu a função de catedrático (Elias, 1939a, 1939b; Murad, 2009).

Sua biografia pode ser descortinada pelo número de histórias que seus 93 anos (1897-1990) lhe permitiram averiguar. Responsável pela concepção de uma teoria revolucionária, a julgar pela multidimensionalidade da “sociologia processual”, cunhou uma série de conceitos que procuram efetivamente ampliar a percepção que comumente se tem em relação ao tempo, ao desenvolvimento e do que seria de fato o progresso^[3]. Autor de uma bibliografia vasta e meticulosa, mesmo não tendo sido brindado com o prestígio e o devido reconhecimento no início de sua trajetória acadêmica, é considerado um dos cientistas sociais mais importantes do século XX (Elias, 1939a, 1939b; Ferrari, 2020; Silva & Cerri, 2013).

Nessa jornada, trabalhou com o irmão mais novo de Max Weber (Alfred Weber) e foi assistente de Karl Mannheim, sociólogos que o incentivaram a fundamentar suas próprias teorias, principalmente sobre as questões que o incomodavam.

^[3] “O reexame das teorias de desenvolvimento clássicas do século XIX à luz das descobertas mais abrangentes de gerações subsequentes fez com que numerosos aspectos dos anteriores modelos de processos parecessem duvidosos ou, pelo menos, necessitados de revisão. Muitos dos artigos de fé sociológicos pioneiros não foram mais aceitos pelos sociólogos do século XX. Eles incluíam, acima de tudo, a crença em que o desenvolvimento da sociedade é necessariamente uma evolução para o melhor, um movimento na direção do progresso. Esta crença foi categoricamente rejeitada por muitos sociólogos posteriores, de acordo com sua própria experiência social. Retrospectivamente, podiam ver com maior clareza que os modelos anteriores de desenvolvimento compreendiam uma mistura de noções relativamente baseadas em fatos e de caráter ideológico” (Elias, 1939a, p. 216).

Intelectual obstinado e de uma sensibilidade ímpar, forjou uma tese pautada na relação indivíduo-sociedade, imaginação epistemológica que vai de encontro à linha de argumentação dos pensadores clássicos, tendo em conta a perspectiva dicotômica que desconsidera as “teias de interdependência” que delimitam e potencializam as relações humanas (Elias, 1999, 2001; Honorato, 2017; Kirschner, 2014; Silva & Cerri, 2013).

A partir disso, o termo “configuração”, teoria que surge da crítica à visão tradicional, afrouxa a estrutura das sociedades. A formação social, nesse caso, expressa a pluralidade das relações humanas, que, aplicada tanto no macrocontexto quanto na dimensão micro, permite ultrapassar a barreira da naturalização e, sobretudo, contemplar a construção do “saber social incorporado” nas mais variadas culturas. De acordo com Elias (1999), “estas pessoas constituem teias de interdependência ou configurações de muitos tipos, tais como famílias, escolas, cidades, estratos sociais ou estados” (Elias, 1999, p. 15-16). Ainda segundo o teórico, “cada uma dessas pessoas constitui um ego ou uma pessoa, como muitas vezes se diz numa linguagem reificante” (*ibidem*).

À vista disso, Norbert Elias (1999), consciente da importância de se auto enxergar sujeito afiliado dessa rede interdependente de indivíduos, na intenção de entender do que trata genuinamente a sociologia, refuta qualquer categoria de análise embasada em pensamentos de origem mágico-míticas. Assim, o processo de reificação, a atribuição de formas e/ou características humanas a entidades abstratas, acarreta na coisificação das relações interpessoais, uma interpretação egocêntrica do tecido social. Renata Barbosa (2015), na esteira desse debate, relata que Elias “preza por uma compreensão mais sólida da dinâmica das Interconexões sociais, de modo a obter um novo olhar acerca da história da civilização” (Barbosa, 2015, p. 391).

Mauricio Murad (2009), em conformidade com esses pressupostos, aponta que a interpretação elisiana sobre o processo civilizador, que faz menção às transfigurações sócio-históricas e aborda a estrutura psicológica freudiana – id, ego e superego –, “é uma tese sociológica por excelência, já que trabalha com o instrumental teórico e metodológico da contextualização” (Murad, 2009, p. 103). Para Leopoldo Waisbort, “Elias desenvolve uma teoria da civilização – como teoria das transformações do comportamento e das estruturas da personalidade; e uma teoria da formação do Estado – como teoria do desenvolvimento social” (Waisbort, 1996 *apud* Grunennvaldt, 2008, p. 239). Ou seja, a originalidade da concepção elisiana consiste exatamente na correspondência entre a “psicogênese” do indivíduo e a “sociogênese” do Estado.

De modo que, para fins de contextualização, Elias serve-se de inúmeros tratados de “boas maneiras”, tentando constituir um arcabouço teórico-epistemológico acerca do desenvolvimento das sociedades ocidentais. Erasmo de Rotterdam (1466-1536), teólogo e filósofo humanista neerlandês, é um dos autores que mais contribuíram para tal propósito, uma vez que o conteúdo do compêndio de Rotterdam, *Da civilidade em crianças (De civilitate morum puerilium)*, explicita as (re)adaptações do comportamento humano, bem como o metamorfismo das estruturas da personalidade dos indivíduos, agentes substanciais na idealização do conceito de “segunda natureza” (Barbosa, 2005; Ferrari, 2020; Koury, 2013).

Diante disso, para uma melhor compreensão dessas questões, faz-se necessário abrir um parêntese e apresentar a distinção entre cultura e natureza nesse contexto. Para estabelecer essas relações de contraste, Elias (1939a), em sua obra magna *O Processo Civilizador*, frisa que o conceito de “segunda natureza” representa a dimensão da cultura, enquanto as estruturas corporais biológicas inatas determinam a ideia de “primeira natureza” (Elias, 1939a). Sumariamente falando, Elias (1939b), ao estudar como se deu o processo de civilização, numa perspectiva interdependente, defende a tese de que houve, no decorrer da formação do Estado, processos sociais (não planejados) que apaziguaram, através de constrangimentos, os impulsos naturais incivilizados (Elias, 1939b).

Fechando o parêntese e voltando à discussão de forma objetiva, vê-se que a ideia de “segunda natureza” é determinante na obra de Norbert Elias. Tatiana Landini (2007), sob essa ótica, expõe que com o passar do tempo “os novos padrões de comportamento deixam de ser conscientes para tornarem-se uma segunda natureza – é a essa segunda natureza que se refere [Elias] quando fala em mudanças na estrutura da personalidade” (Landini, 2007, p. 6, grifo nosso). Já Carina Kaplan

(2012), no bojo dessa descrição, declara: “É sob o monopólio da força física por parte do Estado e a estabilidade crescente dos órgãos centrais da sociedade que o autodomínio das emoções e do afeto se converte em uma segunda natureza do comportamento dos indivíduos” (Kaplan, 2012, p. 606).

Mauricio Murad (2009), citado por Carlos Ferrari (2020), revela que “esse processo é entendido como a transição histórica que leva os indivíduos ao necessário autocontrole, que é civilizacional, por intermédio da assimilação e da internalização de normas e regras” (Murad, 2009 *apud* Ferrari, 2020, p. 22). Segundo o teórico, “seriam essas internalizações que limitariam nossas ações ‘desregradas’, as quais, antes, só eram contidas mediante o uso da força, da imposição, da coação física” (Murad, 2009 *apud* Ferrari, 2020, p. 22, grifo do autor). Carlos Ferrari (2020), interpretando a abordagem sócio-histórica de Mauricio Murad (2009), pontua que “esse período corresponde à queda da monarquia absolutista francesa; o divórcio entre o Rei e a Revolução; os conflitos políticos-religiosos e a transformação da coação externa em autocontrole” (Murad, 2009 *apud* Ferrari, 2020, p. 22).

Feita essa demarcação, é importante reiterar, nessa fase intermediária do debate, que a repulsa às atitudes desordenadas se dá a partir de um “saber social”, resultante dos desdobramentos do processo civilizacional, que, incorporado ao longo das gerações, age de forma a modelar os indivíduos. O conceito de “*habitus*” em Elias^[4] (1939b), significa, notadamente, “segunda natureza”, ou ainda, evocando a ideia de “saber social”, se apresenta como coletivo e individual (Elias, 1939b). Assim sendo, como bem pontuou Carlos Ferrari (2020), em sua tese de doutoramento, a concepção de “segunda natureza”, na obra do sociólogo alemão, “pretende expor o conflito: ‘eu intrínseco’ *versus* ‘eu sociocultural’” (Ferrari, 2020, p. 22, grifo do autor).

3. Natureza Variante – Uma Perspectiva Teórica Sobre a Psicogênese Desabastada-Negra-Favelizada

Antes de dar início à apresentação da teoria acerca da psicogênese desabastada-negra-favelizada, que arquiteta a ideia de natureza variante à luz da concepção elisiana, é preciso dizer que divagar sobre concepções e pensamentos tão caros é uma problemática que requer parcimônia e humildade científica. No fundo, trata-se de reconhecer, primordialmente, que este ensaio-teórico não tem a pretensão de esgotar o assunto, tampouco tirar conclusões categóricas a respeito do fenômeno em destaque. Todavia, este despojamento não desqualifica a originalidade da proposta, antes robustece a literacia científica, quer seja na dimensão teórica quer seja na dimensão prática, se assim for entendida.

Contudo, é utópica a pretensão de forjar uma perspectiva teórica totalizante em um único ensaio. Da mesma forma que é utópica a ideia de conceber um modelo de análise universal na pesquisa qualitativa narrativa de cunho sociocultural. Em razão disso, a argumentação foi tecida tendo a paisagem social das comunidades conflagradas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, que traduz a segregação socioespacial de determinados grupos, como pano de fundo de uma reflexão alicerçada na criticidade científica e na visceralidade pesquisador-realidade. Objetivamente, o ensaio trata da necessidade de (re)adaptação dos grupos favelizados, alegoria que revela os infortúnios dessa parcela vultosa da população brasileira.

[4] “O conceito de *habitus* em Elias não se apresenta explicitamente definido como em Bourdieu, mas constrói-se a partir de sua teoria do processo civilizador. A civilização é um devir no qual um conjunto de interações forma um sistema não-planejado e se estrutura progressivamente: as relações entre unidades ou grupos sociais são em realidade as relações de força que ligam, opõem e, dessa forma, inscrevem os indivíduos em estruturas hierarquizadas, que presumem “campos de forças”, “tensão”, “equilíbrio”, “competição”. Neste sentido, a “configuração” de Elias é muito próxima do conceito de campo de Bourdieu, o qual traduz a ideia de um espaço estruturado de posições onde se desenvolvem as relações de luta. [...], seu conceito de campo é mais flexível que o de Bourdieu: trata-se de uma rede de relações estruturadas em espaço de posições, mas aberta e constantemente trabalhada pelas contingências históricas, que fazem agora funções de variáveis exógenas e que, por certo, transforma a hierarquia das posições” (Malerba, 2012 *apud* Marchi Júnior, 2015, p. 102-103, grifo do autor).

Algumas consequências disso são, por exemplo, a ascensão das milícias, que, sob a alegação de repressão ao narcotráfico, controla diversas comunidades, entre diferentes conglomerados do crime. Segundo dados do Mapa dos Grupos Armados do Rio de Janeiro 2019, a área de domínio dos milicianos é superior à do tráfico, indicando que a atuação das milícias atinge 57,5% do território, modelando a estrutura da personalidade de 2,2 milhões de pessoas. A pesquisa é o resultado do esforço do Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos da Universidade Federal Fluminense (GENI-UFF), do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP), do datalab Fogo Cruzado, do Disque-Denúncia e da plataforma digital Pista News (Elias, 1939a; GENI-UFF, 2019).

De acordo com os envolvidos na pesquisa, o que mais impressiona é o aumento do domínio territorial dos paramilitares quando comparado com o poderio dos narcotraficantes. Outro fato que deve ser considerado nesse aspecto, que sugere a necessidade de (re)adaptação dos grupos favelizados, é o caráter volátil da dinâmica conflitiva, dado que as conquistas e as retomadas territoriais entre os quatro grupos armados que agem no Rio de Janeiro acabam por dificultar a precisão das informações. Entretanto, pelo que o estudo indica, nem mesmo o poder bélico do Comando Vermelho, uma das facções criminosas mais violentas da federação, impediu o avanço das milícias na capital fluminense (GENI-UFF, 2019).

Escalada da violência, inclusive, que rendeu duas superproduções cinematográficas. O primeiro longa-metragem, *Tropa de Elite*, filme de José Padilha (2007), baseado na obra literária *Elite da Tropa* (2006), de Rodrigo Pimentel (ex-capitão do Batalhão de Operações Especiais – BOPE) e André Batista, com colaboração de Luiz Eduardo Soares, repercute uma realidade antes posta à margem. O segundo longa, *Tropa de Elite 2: O inimigo agora é outro*, escrito e dirigido também por José Padilha (2010), em parceria com Bráulio Mantovani (roteirista do aclamado filme *Cidade de Deus*), faz alusão à ascensão das milícias, exibe o submundo da corrupção endêmica e, em tom de denúncia, veicula o fisiologismo que asfixia a sociedade carioca na atualidade.

Duas superproduções, quatro grupos armados, uma infinidade de perfis criminais e um fato em comum: o cerceamento do direito de ir e vir da população desabastada-negra-favelizada. Aliás, a indústria cinematográfica brasileira, usufruindo do apelo da marginalização da comunidade carenciada, junto à camada estabelecida, investe altas cifras nesse gênero de filme, a saber: *Cidade de Deus* (2002), que retrata o crescimento do crime organizado na favela que deu nome à obra; *Falcão – Meninos do Tráfico* (2006), documentário produzido pelo rapper MV Bill, que expõe a iniciação de jovens no mundo do crime; *Última Parada 174* (2008), filme baseado na vida de um menino de rua sobrevivente da Chacina da Candelária, entre outros.

Esse panorama permite a licença poética: “a arte imita a vida”. Na área da educação, a título de contextualização, a interrupção das aulas por conta dos tiroteios afeta a rotina dos alunos da rede municipal de ensino do Rio de Janeiro. Preocupada com essas questões, a Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas (DAPP-FGV), em parceria com o datalab Fogo Cruzado, apresentou um estudo da situação da violência armada na cidade. Segundo os organizadores da pesquisa, a exposição rotineira à violência pode prejudicar o processo ensino-aprendizagem. Isto é, “quanto mais próxima é a violência, e quanto mais novo é o indivíduo, maiores são os efeitos perversos da exposição à violência” (FGV, 2017, p. 4).

Além disso, existe ainda, por mais absurdo que se possa imaginar, o impedimento a crianças e jovens de frequentarem unidades escolares em regiões dominadas por facções criminosas ou grupos paramilitares rivais. A propósito, essa categoria de violência é muito comum na cidade do Rio de Janeiro: famílias privadas do convívio por simplesmente residirem em comunidades inimigas; casais de namorados terem o relacionamento dificultado por morarem em favelas circunvizinhas em guerra; idosos deixarem de frequentar, citando um caso análogo, vilas olímpicas, academias ao ar livre, confraternizações entre amigos, por não “pertencerem” à localidade onde está instalado o equipamento esportivo (Ferrari, 2014, 2020).

No entanto, essa categoria de violência, como é de conhecimento público e notório, tamanha a repercussão nos meios de comunicação, não afeta somente o relacionamento interpessoal da população desabastada-negra-favelizada. O domínio territorial desses grupos armados, por intermédio do regime do medo, enraizado sobretudo pela ineficiência (conivência) dos homens públicos, influencia diretamente no acesso aos serviços básicos. A milícia, por exemplo, arrecada dinheiro com a extorsão de pequenos comerciantes; monopoliza, por imposição, os serviços de venda de água, gás de cozinha, TV a cabo, internet; atua na exploração do transporte alternativo; opera na especulação imobiliária etc. (Alves & Evanson, 2013).

Os narcotraficantes, percebendo o aumento do poder econômico das forças paramilitares, enveredaram pelo mesmo *modus operandi*. Porém, como a venda de drogas ainda é a principal fonte de arrecadação das facções, e com a guerra constante entre os traficantes, a entrada dos agentes do Estado, das empresas terceirizadas e de qualquer outra que poderia e deveria trazer melhorias para a comunidade é dificultada. Consequentemente, os moradores, muitos em idade avançada e com alguma morbidade ou deficiência, se veem desassistidos de cuidados de saúde, coleta de lixo, abastecimento de água potável, saneamento básico, entre outros serviços comuns à camada estabelecida da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Especificamente nesse caso, considerando que a violência é generalizada, é compreensível perspectivar que se poderia refletir sobre um leque mais alargado de arbitrariedades. Cita-se, exemplificando, a atuação das milícias no ramo da agiotagem. Cita-se, ainda, a intolerância de um grupo de narcotraficantes contra as religiões de matriz africana. Entretanto, parece também ser perceptível que bastariam apenas essas atitudes, associadas à coerção das “teias de interdependência” (Elias, 1999) que favorecem a manutenção do *status quo* no contexto estabelecido, para desestabilizar a estrutura da personalidade da população desabastada-negra-favelizada, sobretudo na capital fluminense.

Concomitante e em decorrência disso, constituem-se em relação à “psicogênese” desabastada-negra-favelizada duas ideias centrais. A primeira, de modo a dar ênfase ao fato de que muitas dessas pessoas nasceram, foram criadas e supostamente morrerão sob o regime do medo, indica que a estrutura da personalidade desse público é afetada, gerando, em tese, uma psicogênese *sui generis*. A segunda, de forma complementar e no intuito de evidenciar as *nuances* da paisagem social em destaque, aponta que a “psicogênese” dos grupos favelizados – diferentemente das estratificações sociais estabelecidas – não está somente entrelaçada à “sociogênese” do Estado (Alves & Evanson, 2013; Elias, 1999; Waisbort, 1996 *apud* Grunennvaldt, 2008).

Assumir isso, nesta fase decisiva do debate, é compreender e atestar que no Rio de Janeiro existe o Estado constituído e o Estado paralelo. Portanto, quando o que está em jogo é a investigação das “teias de interdependência” (Elias, 1999) que modelam a relação indivíduo-sociedade no contexto conflagrado, não devemos nos ater somente ao discurso oficial, dado que as manifestações oficiosas tendem a regular a dinâmica das relações. Dessa forma, como reportado anteriormente, os grupos favelizados ora se veem subjugados pelo Estado constituído, ora se veem coagidos pelo Estado paralelo, outrora se ajustam sob o domínio de ambos os poderes, resultando na ideia de natureza variante à luz da concepção elisiana.

4. Considerações Finais – A Necessidade de (Re)Adaptação dos Grupos Favelizados

A necessidade de (re)adaptação, a imposição de (re)adaptar-se a determinadas situações, é um fator decisivo quando se analisa grupos marginalizados. A exclusão e a estereotipificação de indivíduos em situação de vulnerabilidade são outras circunstâncias a se considerar quanto à capacidade de leitura da paisagem social favelizada. Nessa linha de entendimento, a compreensão desses fenômenos, em contraste com o macrocontexto, permite reflexões pertinentes acerca do objeto de investigação. Portanto, a contextualização, seguida da averiguação de como se dá o processo de (re)adaptação, é uma questão elementar em estudos desta natureza.

Em vista desses argumentos, torna-se premente uma ponderação a respeito das arbitrariedades que permanentemente acometem os moradores domiciliados em aglomerados subnormais. A violência, como um dos problemas estruturais da sociedade brasileira, dinamiza em teoria a necessidade de (re)adaptação dos grupos favelizados. O Rio de Janeiro, notadamente uma das cidades com o maior número de pessoas (sobre)vivendo em guetos urbanos da federação, é um dos cenários exponenciais quando se disserta sobre os processos de reprodução das desigualdades sociais e suas dimensões.

O aparelhamento desses mecanismos, que comunga com as mais variadas formas de violência, desencadeia uma sucessão de constrangimentos que, naturalizados, acabam por modelar a estrutura da personalidade da população desabastada-negra-favelizada. Na capital fluminense, por exemplo, moradores são obrigados a acender a luz interna do veículo, ligar o pisca-alerta, deixar as mãos à mostra e diminuir a velocidade na entrada da comunidade. Em algumas favelas dominadas pela organização criminosa Terceiro Comando Puro, os moradores são proibidos de usar roupas vermelhas. A intransigência é uma retaliação à cor símbolo da facção rival (Alves & Evanson, 2013; Ferrari, 2014).

Outro exemplo icônico é a ciclovia do Complexo da Maré, o maior conjunto carioca de favelas, que foi pintada na cor azul, contrariando o Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito, na tentativa de não incitar a guerra entre os narcotraficantes. Nas comunidades dominadas pelas milícias, a determinação do toque de recolher é uma prática corriqueira que interfere diretamente no cotidiano dos moradores. Nas regiões circunvizinhas às favelas, comerciantes são obrigados a fechar os estabelecimentos, alunos deixam de frequentar a escola, linhas de ônibus param de trafegar, caso algum líder de facção e/ou força paramilitar venha a falecer (Montuori, 2018).

Na esfera do Estado constituído, a remoção dos grupos favelizados, sob imposição da violência legítima, é uma forma de constrangimento que também acaba por modelar a estrutura da personalidade da população em situação de vulnerabilidade. Nesse contexto, o processo de gentrificação, caracterizado pela hipervalorização de áreas antes consideradas periféricas pelo poder público, traduz a segregação socioespacial das comunidades conflagradas. A ressignificação desses espaços, que visa na maior parte dos casos a atender aos anseios das camadas mais ricas da sociedade, resulta no aburguesamento de determinados ambientes (Trajan, Ferrari & Silva, 2013).

O Morro do Vidigal é uma das maiores evidências que configuram o processo de gentrificação. Orestes da Silva e Carlos da Silva (2013), num estudo sobre o Projeto Boxe Vidigal, coordenado pelo professor Raff Giglio, destacam que a comunidade, por estar localizada num dos lugares mais nobres da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, entre os bairros de São Conrado e Leblon, com vista voltada para o mar, expõe a confrontação das duas realidades. A favela do Terreirão, situada no Recreio dos Bandeirantes, Zona Oeste da capital fluminense, é outra comunidade que sofre com o processo de aburguesamento e marginalização social.

A Vila Autódromo é outro exemplo emblemático do processo de gentrificação a que se faz referência. Dado que, num passado recente, o assédio moral do capitalismo, na figura dos seus agentes, ignorou o título de concessão de direito real de uso entregue aos moradores pelo poder público. Nas palavras do presidente da associação, o motivo da desapropriação é a especulação imobiliária. De acordo com o líder comunitário, “o processo de remoção já existe há mais de vinte anos, então o motivo não é megaeventos, é a cobiça da terra, o valor que a terra tem nas mãos dos empresários” (Trajan, Ferrari & Silva, 2013, p. 191).

Nesse sentido, não se deve esquecer que no final da década de 90 a população favelizada da capital fluminense precisou se reinventar em virtude dos programas de erradicação, reassentamento e urbanização das comunidades. Nos idos dos anos 2000, por advento do ciclo dos megaeventos esportivos, a população se viu diante do reordenamento espacial do município. Gabriela da Silva, Adriana Portella e Gisele Pereira (2017), a propósito disso, reconhecem que “de todas as cidades-sede para a Copa do Mundo de 2014, o Rio de Janeiro abrigou os problemas mais críticos associados aos direitos humanos e à moradia, devido à remoção de 38.297 pessoas [...]” (Da Silva, Portella & Pereira, 2017, p. 82).

Na área da segurança pública, a sazonalidade dos programas de policiamento comunitário e de proximidade implica numa série de (re)adaptações no dia a dia da população desabastada-negra-favelizada carioca. Na teoria, as incumbências do Grupamento de Policiamento em Áreas especiais (GPAE), as atribuições do Grupamento de Aplicação Prático-Escolar (GAPE) e o aspecto apaziguador das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) são significativos. Porém, na prática, desapontam pelo histórico de descontinuidade das políticas de segurança, provocando um turbilhão de sentimentos nas comunidades que geralmente apoiam os projetos e as suas *interfaces*^{[5], [6]} (Ferrari, 2020).

Diante disso – e de todo o exposto –, impõe-se a ideia de natureza variante, uma espécie de saber social, distintivo da população desabastada-negra-favelizada, decorrente da mutabilidade e da dinâmica das relações interpessoais, que, incorporado no seio das comunidades marginalizadas da capital fluminense, age de modo a modelar uma natureza única, variante. Trata-se, por conseguinte, de uma apreciação cujo *habitus*, na dimensão estruturante que caracteriza a vida na *polis*, não estaria somente sujeito ao Estado constituído. Quer dizer, um ego-coletivo extremamente particular derivado da imponderabilidade da subsistência conflagrada.

Nessa conformidade, resta admitir que a concepção em apreço não se opõe à noção de “segunda natureza”. Pelo contrário, é a partir do conceito de segunda natureza que a ideia de natureza variante desponta. A respeito (ou, eventualmente, por causa) dessa similaridade, importa ainda considerar que, por se tratar de uma perspectiva teórica embasada na sociologia processual elisiana, a interpretação dos fenômenos procura descrever de forma não essencialista as modificações na estrutura da personalidade (Landini, 2005). Ainda assim, o diferencial viria da relação dialógica que a perspectiva mantém com as manifestações que emergem da população favelizada carioca.

Do ponto de vista pragmático, é uma perspectiva teórica à luz da concepção elisiana; entretanto, não generalista como a noção de “terceira natureza” de Cas Wouters (2012). Por essa razão, a atenção não estaria voltada a averiguar objetivamente os processos de integração psíquica, integração social continuada, tampouco as questões que envolvem a informalização dos comportamentos, mas sim à necessidade de (re)adaptação dos grupos favelizados, sobretudo da capital fluminense. Conclusivamente, é uma imaginação epistemológica preocupada em compreender o contexto microsocial (*outsider*) sem se desvincular da conjuntura macro (*estabelecida*).

Referências

- Alves, M. H. M., & Evanson, P. (2013). *Vivendo no fogo cruzado: moradores de favela, traficantes de droga e violência policial no Rio de Janeiro*. Unesp.
- Barbosa, R. P. (2015). Resenha do livro – Elias, N. Introdução à Sociologia. (M. L. R. Ferreira, Trad.). *Revista Educação: Teoria e Prática. Rio Branco*, 25(48), 390-395.
- Barbosa, S. S. R. (2005). A psicogênese e a sociogênese nas obras de Norbert Elias e a sua relação com a educação no processo civilizatório. *IX Simpósio Internacional – Processo Civilizador*, Ponta Grossa, PR, Brasil, 1-13. <http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sitesanais/anais9/artigos/workshop/art21.pdf>.
- Barreto, B. (Diretor) (2008). Última parada 174. Globo Filmes.

[5] “– Eu estava conversando com um dos treinadores, por esses dias, e ele falou uma coisa que é a pura verdade: essa escola nunca mais vai ser aquela escola da época das UPPs. Ele tem razão: a realidade do entorno influencia diretamente no nosso trabalho; influencia diretamente no dia a dia da escola! Exemplo: semana passada, um dos nossos ex-alunos veio à escola de moto. Ele não tem carteira; estava sem o capacete; foi parado pelos policiais militares que falaram assim: anda de capacete, avisa os caras lá em cima [os traficantes] que a gente [os policiais] não quer problema com eles. Ou seja, as UPPs acabaram; o Rio de Janeiro está entregue às moscas” (Ferrari, 2020, p. 196-197, grifo do autor).

[6] “Tava muito quente. Fazia muito calor na favela. Vi um policial por horas no sol em frente à loja. Fui lá, dei um boa tarde e perguntei se ele estava com sede e queria uma água gelada. Ele agradeceu, mas perguntou se esse gesto não o prejudicaria. Insisti e depois de um tempo ele aceitou o copo de água. Depois de um tempo, apareceu um cara me perguntando se eu estava fechado com os caras. Disse que apenas dei um copo de água que ele me pediu. Antes dele ir embora disse que não tinha como negar um copo de água para alguém que está armado com um fuzil em frente a minha loja. Ele saiu dizendo já é, já é. Tranquilidade. É por isso que a gente evita falar com a polícia” (Dutra, 2017, p. 80).

- Bauman, Z. (2007). *Tempos líquidos*. (C. A. Medeiros, Trad.). Zahar.
- Bourdieu, P. (2012). *O poder simbólico*. (16a ed.). Bertrand Brasil.
- Cameron, J. (Diretor) (1997). *Titanic*. Boxtree.
- Da Silva, G. C., Portella, A., Pereira, G. da S. (2017). O legado de megaeventos esportivos e a contextualização das remoções. *Revista Projetar – Projeto e Percepção do Ambiente*, 1(2), 81-91. <https://periodicos.ufrn.br/revprojetar/article/view/16651>.
- Dutra, L. G. (2017). *As (re)ações, incertezas e perspectivas dos “invasidos” com a política de “pacificação” do Complexo da Mangueirinha*. Dissertação de mestrado. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Elias, N. (2001). *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Jorge Zahar.
- Elias, N. (1999). *Introdução à sociologia*. Edições 70.
- Elias, N. (1939a). *O Processo civilizador – uma história dos Costumes*. (Vol. 1). Jorge Zahar.
- Elias, N. (1939b). *O Processo civilizador – formação do Estado e Civilização*. (Vol. 2). Jorge Zahar.
- Ferrari, C. E. R. de. A. (2014) *Asfalto, favela e violência: o processo ensino-aprendizagem no cenário da educação física escolar - um estudo de caso*. Dissertação de mestrado. Universidade Salgado de Oliveira. Niterói. RJ, Brasil.
- Ferrari, C. E. R. de. A. (2020). *O lugar da Educação Física na Escola Cultural: estudo elaborado a partir da realidade de duas escolas sui generis do Porto e do Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado. Faculdade de Desporto da Universidade do Porto. Porto, Portugal.
- Fundação Getúlio Vargas. (2017). *Educação em alvo: os efeitos da violência armada nas salas de aula*. <http://dapp.fgv.br/educacao-em-alvo-os-efeitos-da-violencia-armada-nas-salas-de-aula/>.
- Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos da Universidade Federal Fluminense. (2019). *Mapa dos Grupos Armados do Rio de Janeiro 2019*. https://atualprodutora.com/wp-content/uploads/2020/10/Apresentacao%CC%A7a%CC%83o-ao-mapa-dos-grupos-armados-do-Rio-de-Janeiro_final_final.pdf.
- Grunenvaldt, J. T. (2008). O esporte na visão do mestre das figurações. *XI Simpósio Internacional – Processo Civilizador*, Buenos Aires, Argentina, 237-247. <http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sitesanais/anais11/artigos/26%20-%20Grunenvaldt.pdf>.
- Honorato, T. (2017). Pesquisas com Norbert Elias em História da Educação. *Revista Comunicações*, 24(3), 107-127.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2020). *Aglomerados Subnormais 2019: Classificação preliminar e informações de saúde para o enfrentamento à COVID-19*.: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101717_notas_tecnicas.pdf.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2020). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Educação 2019 (PNAD-Contínua)*. https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2020). *Síntese de Indicadores Sociais: uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira 2020*.: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2019). *Programa Internacional de Avaliação de Estudantes PISA 2018*. http://portal.mec.gov.br/images/03.12.2019_Pisa-apresentacao-coletiva.pdf.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2019). *Atlas da violência 2019*. https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf.
- Kaplan, C. V. (2012). A juventude como condição estigmatizante: relações entre desigualdade, violência e experiência escolar. *Revista Linhas Críticas*, 18(37), 599-616.
- Kirschner, T. C. (2014). História e Sociologia: a contribuição de Norbert Elias. *Revista História e Cultura*, 3(3) (Especial), 53-65.
- Koury, M. G. P. (2013). Emoções e sociedade: um passeio na obra de Norbert Elias. *História: Questões & Debates*, 59(2), 79-98.
- Landini, T. S. (2005). A Sociologia Processual de Norbert Elias. *IX Simpósio Internacional – Processo Civilizador*, Ponta Grossa, PR, Brasil: 1-9. http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sitesanais/anais9/artigos/mesa_debates/art27.pdf.
- Landini, T. S. (2007). Jogos Habituais – Sobre a Noção de Habitus em Pierre Bourdieu e Norbert Elias. *X Simpósio Internacional – Processo Civilizador*, Campinas, SP, Brasil. 1-10. http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sitesanais/anais10/Artigos_PDF/Tatiana_Landini.pdf.
- Marchi Júnior, W. (2015). A teoria do jogo de Norbert Elias e as interdependências sociais: um exercício de aproximação e envolvimento. *Revista Conexões*, 1(1), 101–113.
- Meirelles, F. (Diretor) (2002). *Cidade de Deus*. Globo Filmes.
- Montuori, B. F. (2018). *Design, favela e ativismos: experiências e aprendizados com a Redes da Maré no Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Murad, M. (2009). *Sociologia e educação física: diálogos, linguagens do corpo, esportes*. Rio de Janeiro
- MV Bill (Diretor). (2006). *Falcão – meninos do tráfico*. Central Única das Favelas.

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. (2015). *Relatório de Monitoramento Global de EPT: Educação para todos 2000-2015 – Progressos e Desafios*. Recuperado em: 24 ago. 2021. De: <http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002325/232565por.pdf>.

Padilha, J. (Diretor) (2007). *Tropa de Elite*. Zanzen Produções.

Padilha, J. (Diretor) (2010). *Tropa de Elite 2*. Zanzen Produções

Patrício, M. F. (1993). *Lições de axiologia educacional*. Universidade Aberta.

Pimentel, R., Batista, A., & Soares, L. E. (2006). *Elite da Tropa*. Objetiva.

Sennett, R. (2011). *A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. (M. Santarrita, Trad.). Record.

Silva, J. A., & Cerri, L. F. (2013). Norbert Elias e Pierre Bourdieu: biografia, conceitos e influências na pesquisa educacional. *Revista Linhas*, 14(26), 171-198.

Silva, O. M. da., Silva, C. A. F. da. Boxe e Rede Solidária no Morro do Vidigal. (2013). In: C. F. L. Costa & C. A. F. da Silva, (Orgs.). *FavelaSport. Estudos sobre o fenômeno esportivo em comunidades do Rio de Janeiro*. SUAM.

Trajan, A. A., Ferrari, C. E. R. de. A., & Silva, C. A. F. da. Legado ou Negado? Primeiros impactos dos Jogos Olímpicos de 2016: desrespeito ao direito à moradia na Vila do Autódromo. (2013). In: C. F. L. Costa & C. A. F. da Silva (Orgs.). *FavelaSport. Estudos sobre o fenômeno esportivo em comunidades do Rio de Janeiro*. SUAM.

Ventura, Z. (1994). *Cidade Partida*. Companhia das Letras.

Wouters, C. (2012). Como continuaram os processos civilizadores: rumo a uma informalização dos comportamentos e a uma personalidade de terceira natureza. *Revista Sociedade e Estado*, 27(3), 546-570. <https://www.scielo.br/pdf/se/v27n3/06.pdf>.